



DESFILES PARA A JUVENTUDE: AS COMEMORAÇÕES CÍVICAS DISCIPLINANDO O CORPO JUVENIL NA CIDADE DE NATAL-RN (1937-1945)

Andressa Barbosa de Farias Leandro
Universidade Federal da Paraíba-UFPA
andressa-leandro@hotmail.com

Iranilson Buriti de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande-UFCA
iburiti@yahoo.com.br

Resumo: O regime autoritário político denominado de Estado Novo fez amplo uso da propaganda política para legitimar o seu poder. Nesse sentido, foi elaborado nos primeiros anos do novo regime um calendário cívico com diversas datas comemorativas, que cumpriam a função de encenar os valores pretendidos pela ordem política vigente. A partir de então, todas as cidades do país, a exemplo de Natal-RN, comemoravam essas datas, contribuindo assim para a difusão e legitimação do Estado Novo. Natal vivia um clima de nacionalismo e patriotismo efervescente, visto que devido aos delineamentos da Segunda Guerra Mundial, a cidade passou a abrigar a base aérea norte-americana. O objetivo deste trabalho é analisar as cerimônias cívicas realizadas na cidade de Natal-RN no período do Estado Novo (1937-1945), através da problematização das notícias vinculadas nos Jornais A República e A Ordem, circulantes na cidade natalense nesse recorte cronológico. Interessa-nos compreender como essas cerimônias cívicas foram utilizadas pela nova ordem dominante para inscrever no corpo da juventude natalense os ideais de civismo, patriotismo e autocontrole propagados pelo novo regime.

Palavras-chave: Comemorações cívicas, Estado Novo, juventude, Natal.

Introdução

O regime autoritário denominado de Estado Novo instaurado através de um golpe, em 10 de novembro de 1937, fez largo uso da máquina de propaganda. Segundo Lenharo (1986), indícios apontam que antes do ano de 1937, o governo varguista já esboçava uma articulada organização de propaganda, contudo após a instauração do regime autoritário, observa-se que essa máquina se expande e se aperfeiçoa, através da introdução de novos elementos, que a direcionam para atuar como uma máquina de dominação.

A propaganda política empreendida nesse período insiste na imagem de uma comunidade harmoniosa divulgada pelo rádio e pelas manifestações públicas, a exemplo das cerimônias cívicas, que tinham a finalidade de atestar



a impressão de unanimidade de comunhão nacional, de bem estar político, de aceitação das normas impostas sem possibilidade de contestação (LENHARO, 1986).

Nesse contexto de autoritarismo político foi instaurado um calendário cívico, um dos recursos propagandísticos mais poderosos utilizados pelo Estado. Esse calendário, que foi elaborado nos primeiros anos do Estado Novo, abrangia datas comemorativas, tais como: o dia de Tiradentes, Dia do Trabalho, Dia da Bandeira, aniversário do Estado Novo, Semana da Pátria, dia da Juventude, entre outras, que cumpriam a função de encenar os valores cívicos pretendidos pela ordem política do novo regime.

Segundo Parada (2009), os principais alvos dessas cerimônias cívicas eram os militares, os trabalhadores e os jovens. A propaganda política desenvolvida durante a nova ordem política foi responsável por disseminar e interiorizar a ideologia do “autocontrole” entre os sujeitos sociais, fazendo com que os mesmos se comportassem conforme os valores da nova ordem dominante. Assim, as comemorações cívicas eram organizadas e realizadas em todas as cidades do país, a exemplo de Natal-RN, que através dessas comemorações contribuía para a difusão e a legitimação do novo regime e para a inculcação do sentimento de civismo da população natalense, sobretudo, das crianças e jovens.

Instigados pela temática das festas cívicas no período estadonovista, voltamos nossos olhares para as festas cívicas realizadas na cidade de Natal-RN. A escolha da espacialidade justifica-se pelo fato de que na cidade de Natal, o nacionalismo e o patriotismo ganharam contornos diferenciados, devido aos delineamentos da Segunda Guerra Mundial. Pedreira (2004) argumenta que a posição geográfica do Estado do Rio Grande do Norte, vista como estratégica, no período da segunda Guerra, para os avanços das tropas aliadas contra as tropas do Eixo no continente africano, possibilitou o desembarque de soldados e oficiais americanos na cidade de Natal, para a construção da base aérea militar norte-americana. Destarte, interessa-nos compreender como essas cerimônias cívicas foram utilizadas pela nova ordem dominante para disciplinar o corpo do jovem natalense, ou seja, como essas cerimônias inscreveram nesses corpos os ideais de civismo, patriotismo e autocontrole propagados pelo novo regime.

Assim como Parada (2009), partimos do pressuposto que as cerimônias cívicas são tecnologias de poder que incidiram sobre os corpos dos sujeitos sociais para garantir a soberania e a estabilidade do Estado Brasileiro, entre os anos de 1937-1945. Assim, nos ancoramos nos pressupostos teóricos de Foucault (1987, 2004) sobre o poder, para compreendermos como os corpos dos jovens



natalenses foram disciplinados pelas cerimônias cívicas. Segundo Foucault (2004, p. 193), o poder não é algo que se possui ou se detém, mas sim, algo que circula em toda a sociedade, em todos os lugares e entre os indivíduos, os quais estão sempre em posição de exercê-lo como também de sofrer a sua ação, visto que os mesmos não são “o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”.

Parada (2009) chama a atenção para a condensação de saberes e técnicas que acompanhavam essas cerimônias cívicas, associadas ao gerenciamento das multidões, técnicas de registro e observação, ou seja, as cerimônias cívicas “são instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nesses mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber” (FOUCAULT, 2004, p. 186).

Metodologia

O presente artigo se constrói através das análises das reportagens que versam sobre as comemorações cívicas, publicadas nas páginas dos jornais “A Ordem” e “A República”, ambos circulantes na cidade de Natal, no período. A pesquisa é subsidiada ainda, pelos referenciais teóricos de Michel Foucault (1987, 2004), Mauricio Parada (2009), Maria Helena Capelato (2009, 2010), Alcir Lenharo (1986) e Claudia Schemes (2013). O cruzamento da fonte jornalística e do referencial teórico nos possibilitou problematizar como as cerimônias cívicas foram utilizadas pelo estado autoritário varguista para disciplinar o corpo da juventude natalense, inquirindo sobre as estratégias utilizadas para esse fim.

Resultados e Discussão

As festas cívicas comemoravam o “novo”, as mesmas eram responsáveis pela conservação da memória. Revestidas de um caráter pedagógico, elas possibilitavam a transmissão e a perpetuação dos valores pretendidos pelo novo regime. “A festa cívica reforçava a imagem do poder, comemorando a morte do passado - o velho - e a instauração do novo - o futuro” (SCHEMES, 2013, p 346).

Para Parada (2009, p. 27), o calendário cívico,



implantado durante o Estado Novo, era o fundador de um novo tempo cívico, de uma memória coletiva e também de um modelo para as virtudes públicas. Ele fixou um significado para a comunidade nacional, que deveria ser guardado na memória coletiva e vivenciado através das cerimônias cívicas, possibilitando ao regime “demarcar tempos e lugares, nos quais Vargas e o Estado Novo podiam ser reconhecidos por sua importância e indispensabilidade na luta pela manutenção da soberania e do Estado-nação”.

Segundo Capelato (2009), as cerimônias cívicas ou festas cívicas eram organizadas pelo Ministério da Educação e Saúde e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mas, as evidências sugerem que cada Estado, através do seu Departamento de Educação, era responsável, pelos preparativos e execução do programa geral, pelo menos é o que revela a Nota Oficial, publicada no Jornal A República, no dia 02 de setembro de 1944:

Em reunião realizada no Departamento de Educação, presentes o seu diretor, representantes da Liga de Defesa Nacional, de estabelecimentos de ensino secundário e primário, de associações desportivas e de escoteiros, ficou resolvido as festividades da Semana da Pátria-1 a 7 de setembro, obedecerão ao seguinte programa: dia 1º, início solene no Teatro Carlos Gomes; dias 2,3,4 e 6, comemorações em todos os colégios e escolas; dia 5, grande concentração e desfile de todos os estabelecimentos de ensino, entidades desportivas de escoteiros formando as escolas e colégios com os seu uniforme próprio e uma representação de esporte. A organização do programa geral está a cargo do diretor do Departamento de Educação e do maestro Valdemar de Almeida, diretor do Instituto de Música. O Monsenhor João da Matha, pela Liga de Defesa Nacional, o professor Acrísio Freire pelas Associações Desportivas e o professor Luiz Soares pelos escoteiros, tomarão as necessárias providências junto as instituições que representam (Departamento de Educação-Nota Oficial- As festas da Semana da Pátria, 1944, p. 2).

A Nota Oficial evidencia a articulação entre o Departamento de Educação e os estabelecimentos de ensino da cidade, havia um esforço de mobilização entre o diretor do Departamento de Educação e os representantes das demais instituições para que tudo saísse conforme o previsto. As festas mobilizavam um grande número de pessoas, dentre elas, os jovens escolares nacionais, alvo da atenção dos gestores da cultura cívica do Estado Novo. Dois eventos do novo calendário cívico eram voltados diretamente para eles: o Dia da Juventude e a Hora da Independência (PARADA, 2009). Isso, não quer dizer que os mesmos fossem dispensados dos outros eventos cívicos, ao contrário eles eram obrigados a participarem, das comemorações cívicas, sobretudo, após a formação da Organização da Juventude Brasileira, institucionalizada através do



Decreto nº 2.072, em 8 de março de 1940, para “enquadrar toda a infância, dos 7 aos 11 anos, e toda a juventude, dos 12 aos 18 anos, no movimento de mobilização cívica nos moldes nacionalista do Estado novo” (PARADA, 2009, p. 109).

O Brasil inteiro vai comemorar, solenemente, a data da sua independência. O nosso Estado prepara-se para tomar parte nas comemorações. Com a parada da juventude iniciam-se, amanhã, os festejos da grande data nacional, com o comparecimento dos alunos das escolas públicas e particulares, primárias, secundárias e profissionais, escoteiros, etc.. As festas prosseguirão até o dia 7, quando se verificará um grande desfile na Praça 7 de setembro [...] (O início, amanhã, das comemorações do dia da Pátria, 1940, p.1).

Não havia distinção entre os estabelecimentos de ensino, ou seja, todos os alunos independentemente da idade e da escola que estudavam, eram “convidados” a participarem da solenidade. Para mobilizar esses jovens, o dia 4 de setembro, foi decretado feriado escolar em todo o país, para que todos “abrilhantassem” a Parada da Juventude, solenidade que abriria os festejos da Semana da Pátria:

Sob os auspícios do Departamento de Educação, verificou-se hoje, pela manhã, a anunciada Parada da Juventude, em comemoração à data da Independência. A concentração de crianças na Praça Pedro Velho foi a maior de quantas temos presenciado. Ali estiveram presentes alguns milhares de alunos das escolas públicas e particulares, primárias secundárias e profissionais, além dos escoteiros. O Exmo. Sr. Interventor Rafael Fernandes, acompanhado de suas casas civil e militar assistiu à concentração e ao desfile, do coreto central. Começou a solenidade com o Hino da Independência, cantado por todos os alunos e acompanhado pela banda da Força Policial [...]. Seguiu-se a preleção cívica do Dr. Américo de Oliveira Costa, que falou a mocidade com muitas vibrações e aplausos gerais. Foi cantado o Hino Nacional depois do que houve o desfile das escolas em homenagem às autoridades (Realizou-se hoje a Parada da Juventude, 1940, p. 1).

Inicialmente, a análise da reportagem nos levou a algumas indagações, pois de acordo com o jornal, o desfile da Parada da Juventude teria reunido “milhares de alunos”. Entretanto, de acordo com o Censo de 1940, 80% da população natalense era analfabeta e cerca de 90% das crianças em idade escolar estavam fora da escola (COSTA, 2015), então, será que realmente compareceram tantos alunos assim a esse desfile? Para Vargas, os jornalistas eram “os grandes propagandistas da transformação dos nossos costumes políticos e sociais” (A Nova Política do Brasil, 1938, p. 260), assim, durante o Estado Novo, os jornais, transmissores da propaganda varguista, nas ocasiões festivas tendiam a enaltecer a grandiosidade dessas comemorações cívicas e



enfatizar a afetividade e a alegria do povo brasileiro (CAPELATO, 2009), isso também fica perceptível no trecho “[...] falou a mocidade com muitas vibrações e aplausos”. Provavelmente, a intenção do Jornal A Ordem era passar ao leitor a grandiosidade do desfile e o envolvimento e a animação dos alunos, pois “há uma forte relação entre as festas oficiais e a utopia da sociedade feliz” (CAPELATO, 2009, p. 70)

Observamos ainda que a reportagem faz referência aos escoteiros, às “sentinelas da Pátria”, como Vargas os chamavam. Para o chefe da Nação, a experiência e o treinamento dos escoteiros contribuiriam “para pôr em marcha, vitoriosamente, esse empolgante movimento cívico” (Como o chefe da nação falou aos escoteiros do Brasil. Jornal A 1939, p.1). Para disciplinar o corpo da juventude, o governo vai se apropriar dos ideais de Baden-Powell, utilizando o escotismo, como mais uma estratégia, para ajustar o corpo jovem ao modelo pretendido de disciplina, ordem e aprimoramento moral. Não obstante, o Estado através do Decreto-Lei 2.310 de 14 de junho de 1940, incorpora a Organização da Juventude Brasileira à União dos Escoteiros do Brasil (UEB).

Na cidade de Natal, os escoteiros e os jovens escolares desfilavam lado a lado. Nesse sentido, a frase do professor Luiz Soares, diretor da Associação de Escoteiros é elucidativa: “Nunca houve movimento cívico realizado nesta capital que os escoteiros do Alecrim não tomassem parte ativa” (Fala a nossa reportagem o prof. Luiz Soares, presidente da Associação de Escoteiros do Alecrim, 1944, p. 4). Inculcar nos jovens a obediência, a disciplina moral e cívica para formar cidadãos conscientes e aptos a contribuir para a grandeza da nação, era o objetivo perseguido pelo Estado Novo. Em outras palavras, era conveniente ao novo regime formar jovens que não contestassem a ordem política vigente.

Parada (2009) explica que, durante o Estado Novo, o jovem era uma preocupação constante das políticas Públicas e que sua presença, assim como os militares e trabalhadores, era algo frequente nas cerimônias cívicas. No imaginário político do novo regime, o jovem era visto como reserva política, que precisava ser cuidada e gerenciada, pois dele dependia a segurança e a estabilidade do regime:

Na juventude tem a nação as suas reservas mais nobres e fortes. A ela é que competirá suceder, nos postos de direção do país, àqueles que hoje o conduzir no caminho do progresso material e moral, alicerçando as bases da nacionalidade, aumentando o patrimônio econômico e histórico da Pátria, tornando ainda mais digno e desejado o título de cidadão brasileiro. Sobre a juventude de hoje, pesam, assim altas responsabilidades, de cuja perfeita compreensão, depende em grande parte o ardor patriótico com que ela há de devotar-se ao serviço do Brasil.

Na escola do civismo procurando

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



conhecer e imitar no amor à Pátria todos aqueles que concorrem para o seu engrandecimento, no estudo, na vida pública ou na carreira das armas, a juventude contemporânea robustecerá o seu caráter e se preparar para o desempenho da grande missão que lhe aguarda. Juventude generosa e altiva, é nela hoje que a nação deposita a sua confiança, dela é que espera o sacrifício de sangue indispensável para vencer nesta hora, os inimigos da sua honra e da sua soberania (O Dia da Juventude, 1944, p.8).

Vargas incumbia a nova geração a tarefa de conduzir a obra de prosperidade e grandeza da nação, ou seja, à juventude era delegada a permanência do regime e a própria continuação da Pátria (PARADA, 2009), principalmente no contexto de envolvimento do Brasil no conflito da Segunda Guerra Mundial. Na cidade de Natal, esse discurso ganhava mais força devido ao fato da cidade conviver com os soldados norte-americanos e com os constantes treinamentos contra os possíveis ataques aéreos. Nesse contexto de guerra, toda a população natalense, inclusive os jovens, era condicionada pela disciplina e pelo patriotismo:

[...] A voz de comando deve ser ouvida com a única atenção de obedecer. E por isto a disciplina se impõe como condição do sentimento nacional. [...] É esta a hora em que devemos testemunhar o sentido patriótico que norteia nossas ações. Natal que habitamos e que tanto queremos é o ponto de continente que mais avançadamente se projeta para o oceano. Defendê-la é, pois, um dever de todos (FILHO, 1942, p.7).

Natal vivia o clima de nacionalismo efervescente e as cerimônias cívicas cumpriam a função de propagar e ritualizar esse nacionalismo, sobretudo, entre as crianças e jovens. O aperfeiçoamento moral, intelectual e físico da juventude era o objetivo pretendido dos ideólogos do Estado Novo. O Decreto-Lei nº 905, de 27 de março de 1941, assinado pelo interventor interino do Estado do Rio Grande do Norte, Aldo Fernandes de R. Melo, ratifica esse objetivo. O Decreto institui o “Dia da Juventude Potiguar”, comemorado no dia 19 de abril, data natalícia do presidente Getúlio Vargas.

Não por acaso esse dia foi decretado feriado escolar em todo território norte-riograndense, para se constituir em um dia festivo, no qual os jovens de Natal e de todo o Estado do Rio Grande do Norte prestariam homenagens cívicas a pátria e ao chefe da nação. Convém ainda lembrar que o Dia da Juventude era comemorado em todo o país e que o Estado do Rio Grande do Norte, assim, como os outros Estados da União, considerando que “Getúlio Vargas credor mais uma vez da gratidão, do apreço e da admiração nacionais” (Rio Grande do Norte, 1941) aderiu a mais um movimento altamente



patriótico, levando “Os alunos a trocarem os bancos das escolas pelos desfiles nas ruas das cidades [...] em homenagem ao senhor Vargas” (BENCOSTTA, 2004, p. 3).

A instituição do Dia da Juventude Potiguar se constitui em mais uma das práticas disciplinares que foi inscrita no corpo juvenil nesse período. O Estado Novo, de maneira sutil, utilizou várias técnicas de dominação para adestrar o corpo da juventude e transformá-lo em um corpo “submisso, exercitado e dócil”. O 4º artigo do citado Decreto exemplifica bem isso: “Constarão principalmente do citado programa uma preleção, em cada estabelecimento educacional, sobre a personalidade do Presidente Getúlio Vargas, o papel da juventude e as suas obrigações para com a Pátria, e um desfile cívico” (Rio Grande do Norte, 1941). A todo o momento o Estado, lembrava a juventude da responsabilidade de sua “grande missão”.

O desfile do Dia da Juventude Potiguar se constituía um momento importante e indispensável para o processo de construção do corpo juvenil, era na ritualização da cerimônia que esse corpo se tornava nacional, ganhando uma identidade e um sentido de pertencimento a comunidade, entretanto, conforme adverte Parada (2009), esse controle sobre o corpo juvenil não se limitava aos dias dos desfiles, as formas de “pacificação” e ordenamento se estenderam para todo o cotidiano dos jovens, isso fica perceptível no controle social impingido ao espaço escolar e familiar.

No espaço escolar, os corpos das crianças e jovens eram adestrados, manipulados e moldados aos valores vigentes. Em outras palavras, era nas escolas que os símbolos eram difundidos para formar a consciência do pequeno cidadão. Nas comemorações do Estado Novo, os ideólogos do regime, aproveitavam para inculcar nos escolares as realizações do governo, “que prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo” (CAPELATO, 2010, p. 123). O objetivo do Estado era docilizar os futuros cidadãos, através do disciplinamento físico e moral, para que estes não ameaçassem o regime autoritário de Vargas. Não obstante, “as relações sociais, do lar à escola e, deles, para o genérico da Pátria, diluem-se gradativamente, sustentadas apenas pelo crivo da moralidade” (LENHARO, 1986, p. 49).

Conclusões

Instalado através de um golpe, sem a participação popular, o Estado Novo precisava legitimar o exercício de seu poder através do apoio de



amplos setores da sociedade, para isso, fez largo uso da propaganda política. Nesse período, foram utilizados vários dispositivos propagandísticos, a exemplo do novo calendário cívico, inaugurado, nos primeiros anos do regime, que abrangia diversas datas comemorativas, as quais cumpriam a função de encenar os valores cívicos pretendidos pela nova ordem política. Na cidade de Natal-RN, assim como em todo o país, as pessoas se mobilizavam para participar dessas cerimônias, entendidas aqui como tecnologias de poder, que incidiram sobre o corpo da população natalense, sobretudo, do corpo do jovem escolar, nesse período.

Especialmente, para essa parcela da população, considerada reserva política do novo regime, o Estado norte-rio-grandense, seguindo o exemplo de outros Estados, instituiu o Dia da Juventude Potiguar, “coincidentemente”, festejado na data natalícia do presidente Getúlio Vargas. Dispensadas das aulas, devido ao feriado escolar, as crianças e jovens de todos os estabelecimentos de ensino se reuniam em um grande desfile, no centro da cidade, para prestar homenagens ao chefe da nação. Entretanto, a participação deles não ficava restrita apenas a esse desfile, eles eram “convidados” a participarem de todas as comemorações cívicas que ocorriam na cidade.

Essas cerimônias estavam articuladas ao processo de consolidação da política de massas e, conseqüentemente a modelos de civilidade e a disseminação de modelos de comportamento de autocontrole e disciplina. No imaginário político do Estado Novo, a Nação, una e indivisível, deveria ser adorada e venerada através de seus símbolos, produtores de significados e valores cívicos, ritualizados nas cerimônias cívicas, responsáveis pela integração dos cidadãos à nação, formando assim, uma só unidade.

Ancorados nos pressupostos foucaultianos sobre o poder, constatamos que essas cerimônias, produtoras de sentidos, se constituíam em uma tecnologia de poder, que adestrava, manipulava e moldava o corpo da juventude potiguar, transformando no “novo homem” para o “novo Brasil”, que estava sendo construído pelo regime autoritário varguista. Não obstante, conforme assevera Schemes (2013), essas cerimônias ou festas cívicas estavam diretamente associadas à ideia de harmonia e felicidade coletiva, mascarando assim, os supostos conflitos que permeavam a sociedade. Destarte, a população natalense, que nesse período convivia com o medo iminente de um ataque aéreo, vislumbrava nessas cerimônias cívicas um momento harmônico e feliz, de exaltação do nacionalismo e patriotismo.



Referências

A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria J. Olympio Editora, 1938, volume III.

BENCOSTTA, Marcus. **Desfiles patrióticos**: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. III Congresso de História da Educação. A Educação Escolar em perspectiva histórica. Curitiba: PUC-PR, 2004. V. 1, p. 1-13.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida das Neves. **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição Comunista de 1935**. Natal: EDUFRN, 2015.

Departamento de Educação-Nota Oficial- As festas da Semana da Pátria. **Jornal A República**, Natal, 02 de set. de 1944, p. 2.

Fala a nossa reportagem o prof. Luiz Soares, presidente da Associação de Escoteiros do Alecrim. **Jornal A República**. 1944, p. 4.

FILHO, Filgueira. Disciplina. **Jornal A Republica**, Natal 23 de out. 1942, p. 7.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. Ed. São Paulo: Graal, 2004, p. 193.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Lígia Maria Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

O Dia da Juventude. **Jornal A Ordem**, Natal, 23/04/1944, p. 8.

O início, amanhã, das comemorações do dia da Pátria. **Jornal A Ordem**, Natal, 03 de set. de 1940, p.1.

PARADA, Mauricio. **Educando Corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PEDREIRA, Flávia de Sá. **Chiclete eu misturo com banana**: carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945). 2004, 267f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Realizou-se hoje a Parada da Juventude. **Jornal A Ordem**, Natal 04 de set. de 1940, p.1.

Rio Grande do Norte. **Decreto nº 905, de 27 de março de 1941, Institui o Dia da Juventude**



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

Potiguar. (Livro de Atos de Decretos do governo do Rio Grande do Norte, 1941).

SCHEMES, Claudia. O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955). **Dimensões**, vol. 30, 2013, p. 335-361.